



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Ana Cárin Lopes Amaral

RELATÓRIO DE ESTÁGIO
NUMA CÂMARA MUNICIPAL: UM OLHAR DE UM
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO

**Relatório de estágio no âmbito do Mestrado em Ciências da
Educação orientado pela Professora Doutora Ana Maria Seixas e
apresentado à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da
Universidade de Coimbra**

Fevereiro de 2024

Agradecimentos

O presente Relatório reflete o término de uma etapa de formação pessoal e profissional e nada teria sido possível sem o apoio das pessoas importantes da minha vida e que acompanharam este meu percurso ao longo dos anos.

Aos meus pais e à minha irmã, por todos os sacrifícios e pelo apoio que sempre demonstraram em todas as fases da minha vida.

Ao meu namorado, pelo apoio e paciência que demonstrou nesta fase tão importante da minha vida.

Às minhas colegas e amigas que conheci em Coimbra e que me acompanharam e ampararam ao longo do meu percurso académico.

Agradecer também à Professora Ana Maria Seixas, pelo acompanhamento e orientação durante a concretização do presente Relatório.

Por último, agradeço a todos os trabalhadores da Câmara Municipal de Mangualde da forma como me receberam em especial, ao Gabinete de Educação a forma como me acolheram e a paciência que tiveram em ensinar. Toda a dedicação da Fátima, da Susana e da Margarida.

Resumo

O presente Relatório apresenta o trabalho realizado no âmbito do estágio curricular do Mestrado em Ciências da Educação da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. A instituição de acolhimento do estágio foi a Câmara Municipal de Mangualde, com especial foco no gabinete de educação do município e na revisão da Carta Educativa. Esta já não era realizada desde 2016.

Além da introdução e da conclusão o relatório está dividido em duas partes. Na primeira é feito um breve enquadramento teórico fazendo referência ao processo de descentralização e transferência de competências para os municípios na área da educação e à Carta Educativa, enquanto instrumento de planeamento fundamental para a promoção do sucesso escolar. Entende-se por Carta Educativa segundo o Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, como um instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento sócio demográfico de cada município.

Na segunda parte apresentam-se as atividades desenvolvidas no âmbito do estágio. Uma das principais atividades consistiu na recolha e sistematização de informação importante para o processo de revisão da Carta Educativa. Este processo revelou-se a nível profissional interessante, uma vez que foi feito um levantamento dos dados estatísticos da cidade a nível educacional como populacional, junto das entidades e instituições envolvidas no processo da revisão da CE. A caracterização do município de Mangualde, da rede escolar e dos serviços educativos, bem como dos projetos socioeducativos desenvolvidos no município, é o resultado deste trabalho. Descrevem-se, de seguida, outras atividades desenvolvidas na instituição, sendo de destacar a colaboração na planificação e implementação de vários projetos socioeducativos: festa de natal, festa de carnaval, preparação do dia mundial da criança, preenchimento das fichas de avaliação do desempenho dos funcionários do município, colaboração no regime de fruta escolar, em articulação com vários atores da comunidade educativa e municipal. Estas atividades realizadas refletem a crescente intervenção dos municípios no domínio educativo, contribuindo para a construção de uma sociedade e educação mais inclusiva.

No final do relatório é feita uma pequena reflexão em jeito de conclusão de todo o trabalho realizado ao longo do estágio, de forma a perceber e refletir o que correu bem e o que correu menos bem.

Palavras-chave: Educação, Descentralização, Carta Educativa, Rede escolar, Projetos socioeducativos

Abstract

This Report presents the work carried out within the scope of the curricular internship of the Master's Degree in Educational Sciences at the Faculty of Psychology and Educational Sciences at the University of Coimbra. The host institution for the internship was the Municipal Council of Mangualde, with a special focus on the municipality's education office and the review of the Education Charter. This has not been done since 2016.

In addition to the introduction and conclusion, the report is divided into two parts. In the first, a brief theoretical framework is made, making reference to the process of decentralization and transfers of competences authorities in the area of education and the Education Charter, as a fundamental planning instrument for promoting school success. An Educational Charter is understood as according to Decree-Law No. 21/2019, of January 30, as an instrument for prospective planning and ordering of buildings and educational equipment to be located in the municipality, in accordance with the education and training offers that are necessary to satisfy, with a view to better use of educational resources, within the framework of the socio-demographic development of each municipality.

The second part presents the activities developed within the scope of the internship. One of the main activities consisted of collecting and systematizing information relevant to the Education Charter review process. This process proved to be interesting on a professional level, as a survey of the city's statistical data was carried out at an educational and population level, with the entities and institutions involved in the EC review process. The characterization of the municipality of Mangualde, the school network and educational services, as well as the socio-educational projects developed in the municipality, is the result of this work. Other activities carried out at the institution are described below, highlighting the collaboration in the planning and implementation of various socio-educational projects: Christmas party, carnival party, preparation of World Children's Day, filling out performance evaluation forms municipal employees, collaboration in the school fruit scheme, in conjunction with various actors from the educational and municipal community. The activities carried out reflect the growing intervention of municipalities in the educational field, contributing to the construction of a more inclusive society and education.

At the end of the report, a small reflection is made to conclude all the work carried out throughout the internship, in order to understand and reflect on what went well and what went less well.

Keywords: Educational letter, Education, Decentralization, School network, Skills transfers.

Índice

Introdução	9
1. Enquadramento teórico	11
1.1 Políticas de Territorialização e Descentralização	11
1.2 Desigualdades Escolares e desigualdades regionais/municipais	15
1.3 Carta Educativa.....	16
2.Projeto de Estágio - intervenção	20
2.1 Colaboração na revisão da Carta Educativa	20
2.2 Caracterização do Município de Mangualde	21
2.2.1 Enquadramento geográfico.....	21
2.2.2 Caracterização socioeconómica.....	24
2.2.3 Movimento Natural	25
2.2.4 Movimento Migratório	26
2.2.5 Taxa de Desemprego	27
2.2.6 Taxa de analfabetismo	28
2.3 Rede Escolar do Município de Mangualde	29
2.3.1 Ensino Secundário Recorrente à Distância.....	34
2.3.2 Ensino Profissional	35
2.3.3 Rede de Transportes Escolares	35
2.3.4 Ação Social Escolar.....	36
2.3.5 Taxa bruta de escolarização.....	37
2.3.6 Taxa de escolarização da população.....	38
Projetos Socioeducativos	39
Academia STEM	39
Eco-Escolas	40
2.4 OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	41

2.4.1 Festa de Natal	41
2.4.2 Desfile de Carnaval	42
2.4.3 Estratégia Nacional da Fruta Escolar.....	43
2.4.4 SIADAP- Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho da Função Pública	44
2.4.5 Dia Mundial da Criança- festa.....	45
CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48

Introdução

O presente relatório apresenta o trabalho desenvolvido durante o estágio curricular do Mestrado em Ciências da Educação, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. O estágio curricular decorreu na Câmara Municipal de Mangualde, no Gabinete de Educação, entre setembro de 2022 e junho de 2023, num total de 960 horas, de acordo com o plano de estudos do referido Mestrado.

Foram várias as razões da escolha da instituição de acolhimento. Devo realçar, em primeiro lugar, o interesse que durante a licenciatura sempre me despertou a temática da gestão municipal da educação e a transferência de competências para as autarquias. Também considero que um maior conhecimento acerca do funcionamento municipal na área da educação, especificamente das atividades desenvolvidas, será fundamental e pertinente para o meu futuro profissional. Por último, o facto de também ser relativamente perto da minha zona de residência também foi um fator ponderado, de forma a poder contribuir para um melhor desempenho nos projetos/atividades.

O contacto com a instituição de acolhimento foi feito inicialmente através de correio eletrónico direcionado ao senhor Vereador da Educação, que, desde logo, manifestou interesse e disponibilidade para acolher a realização do estágio. Logo na primeira reunião, na definição das atividades a realizar ao longo do estágio, foi salientado o acompanhamento na atualização da Carta Educativa, como também de todos os projetos educativos em curso no gabinete.

O presente relatório apresentará o trabalho desenvolvido na instituição. Primeiramente é feito um breve enquadramento teórico que permitirá contextualizar as atividades realizadas. Será feita uma breve referência ao papel dos municípios na área da educação e a transferência de competências para os municípios. É feita, também, uma caracterização geográfica, económica e demográfica do Concelho de Mangualde. Posteriormente, são apresentados os dados relativos à rede escolar: distribuição dos estabelecimentos escolares, taxa de escolarização do município, o número de alunos por nível de ensino e por estabelecimento, a planificação da rede de transportes, o número de alunos beneficiários da ação social escolar.

No último ponto são descritas outras atividades desenvolvidas no Gabinete de Educação, nas quais colaborei. A minha participação nestas atividades permitiu-me

consolidar todos os meus conhecimentos adquiridos na licenciatura e mestrado, e revelou-se uma oportunidade para desenvolver competências e aplicar estratégias às dificuldades encontradas no processo de construção das mesmas.

Na Conclusão apresenta-se uma reflexão de todo este processo, relatando um olhar daquilo que foi a experiência do estágio e da elaboração do relatório.

1- Enquadramento teórico

O presente tópico é dedicado a um breve enquadramento teórico do projeto de estágio, especificamente das atividades desenvolvidas ao longo dos nove meses em que estive na Câmara Municipal. Começo, então, como uma breve referência ao processo de descentralização e transferências de competências para os municipais na área da educação. De seguida, procurando salientar a importância do papel dos municípios, apresento de forma sumária as conclusões de um estudo recente sobre a existência de disparidades municipais e regionais nos resultados escolares em Portugal. Por último, é feita uma breve caracterização da Carta Educativa, enquanto instrumento fundamental de planeamento municipal na área da educação.

1.1 Políticas de Territorialização e Descentralização

Com os novos desafios que a sociedade contemporânea enfrenta, houve uma necessidade de repensar as competências atribuídas às entidades locais havendo uma necessidade de descentralização. O conceito descentralização já nos anos 80 se fez sentir em muitos programas do Governo, tendo como objetivos a aproximação da decisão local; observar as necessidades locais; promover a participação dos atores dos serviços na sua gestão; reduzir burocracias; desenvolver a liberdade e a criatividade e desenvolver a inovação pedagógica.

Este fenómeno assinalou uma mudança, colocando “o planeamento da rede escolar em destaque na agenda educativa política portuguesa”, e salientando a real importância da participação dos municípios (Santos, 2022). Santos afirma que este processo de descentralização foi longo e demorado, pois o estado português mantinha em segundo plano o planeamento da rede escolar, tendo-se verificado após o 25 de abril de 1974 um aumento da procura da educação e uma transformação demográfica e socioeconómica. A partilha de responsabilidades começou a sentir-se com o desenvolvimento de quadros legais que alargaram a intervenção dos municípios, com

novas funções, sendo a gestão escolar uma das primeiras dimensões neste processo de transferência (Santos, 2022).

Formosinho e Machado (2000) salientam a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo, em 1986, como marco importante no processo de descentralização educativa e da “participação dos municípios no planeamento da rede escolar”. Traduzindo o caráter evolutivo do processo de descentralização, a Lei nº159/99, de 14 de setembro, estabelece o “quadro de transferência de competência para as autarquias locais, como a delimitação da intervenção da administração central e da administração local, concretizando os princípios da descentralização administrativa e da autonomia do poder local”. Em 2003, o Decreto-Lei nº7, de 15 de janeiro, cria o conselho municipal de educação, como órgão essencial de institucionalização da intervenção das comunidades educativas, em substituição do Conselho Local e refere a elaboração da Carta Educativa.

Mas será a partir da segunda década do século XXI que se iniciou uma nova era no que toca ao movimento de descentralização, através de uma sucessão de leis relativas à transferência de competências para os órgãos intermunicipais, apresentadas inicialmente em 2013. A Lei nº50/2018, de 16 de agosto, lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, materializa o “princípio da descentralização administrativa e da autonomia do poder locais”. Este processo devia ser executado de forma progressiva até 1 de janeiro de 202. Em 2019, com o decreto-lei nº21/2019, de 30 de janeiro, é reforçada a ideia de descentralização para os municípios, decretando novas competências no domínio da educação (artigo nº3).

Para João Pinhal, a democracia e autonomia dos municípios são conceitos essenciais para entendermos a descentralização (Pinhal, 2012, p.76). A autora Susana Batista (2014, citado por Santos, 2022)) refere que este processo é partilhado e não deve dispensar os normativos-legais, pois as políticas de descentralização são variadas, como o facto da gestão dos recursos que podem partir de iniciativas do Estado como também dos poderes locais. Formosinho (2005) salienta que o conceito de “centralização” e o de “descentralização” remetem para modelos de administração pública. Para este autor, estes conceitos estão associados à distribuição do poder e de responsabilidades da educação, considerando “uma necessidade de um contrato entre o estado e a sociedade civil para a administração da escola de interesse público” (p.20).

Num quadro político de descentralização educacional entende-se a transferência de competências políticas no que toca à planificação, decisão, financiamento e recursos

educativos do governo central ao local. Esta proximidade ajuda a encontrar melhores respostas aos problemas, desde que estejam bem identificados e posteriormente debatidos, de forma a criar um quadro político com habilidades de agir localmente e contactar com vários atores. Estas medidas provocam um aumento da autonomia institucional e um processo de distribuição interna de competências para que o objetivo seja cumprido.

No ano de 2008 o município passa a ser um agente participativo educativo (Decreto-Lei nº144/2008). É neste contexto que surgem as políticas de territorialização, que, segundo Pinhal (2012), representam a construção de políticas locais e a execução autónoma da intervenção local. Deste modo, este conceito tem como finalidade localizar as políticas e a ação educativa de interesse público, com a participação de vários atores, também a nível nacional e supranacional. O conceito de territorialização, para Barroso (1998), é utilizado para “significar uma grande diversidade de princípios, dispositivos e processos inovadores, no domínio da planificação, formulação e administração das políticas educativas”. Neste sentido corresponde à construção das políticas locais, apesar de limitados pela Lei, de forma a satisfazer os interesses locais.

Aliado a este processo pode-se depreender o conceito de autonomia, que pode ser visto como uma consequência da descentralização. Justino (2016, citado por Santos, 2022) a autonomia é “um fim a que se quer chegar e a descentralização deverá ser o processo que a concretiza” (p.109). É neste sentido que a Constituição da República Portuguesa orienta, para que cada autarquia possua autonomia local e para uma descentralização democrática e repartição dos poderes de decisão (artigo nº6).

Os municípios possuem então um vasto conjunto de competências municipais relativas à educação, como foi referido anteriormente, nomeadamente de conceção e planeamento do sistema educativo local (criação de conselhos municipais de educação, elaboração da Carta Educativa, intervir nos contratos de autonomia das escolas) na construção e gestão de equipamentos e serviços dos estabelecimentos de ensino, como assegurar a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de ensino e gerir o pessoal não docente e, por fim, competências associadas ao apoio aos alunos e a estabelecimentos de ensino, como assegurar os transportes escolares (Pinhal, 2006). Como se pode constatar, as autarquias são cada vez mais intervenientes nas políticas educativas e nos serviços que são prestados no que toca à educação, como referido anteriormente, na gestão do pessoal,

dos equipamentos e infraestruturas, ação social, transportes e no planeamento da rede escolar.

O Projeto Educativo Municipal, ou Plano Estratégico Educativo Municipal (PEEM), revela-se fundamental na construção de políticas educativas locais, enfatizando a participação dos diferentes agentes locais, numa lógica de territorialização. Este instrumento está associado ao conceito de um Projeto Educativo Local participativo e prospetivo, acordado como uma matriz orientadora na intervenção municipal, mas sempre associado a um Plano Estratégico de Desenvolvimento (Cordeiro, Alcoforado & Ferreira 2012, p. 305). Este deve responder às necessidades e transformar os municípios consolidando uma lógica de desenvolvimento em iniciativas de educação e formação dando resposta às necessidades das diferentes instituições educativas. A sua elaboração é levada a cabo por distintos indivíduos de um determinado território municipal de forma a construírem uma nova dinâmica de atividades no âmbito da educação e formação, respondendo sempre às necessidades dos municípios e aos projetos que neles fazem parte. Legalmente e de acordo com o Decreto-Lei nº75/2013, de 12 de setembro, este documento é um instrumento necessário na definição das políticas municipais. É através da sua elaboração que são pensados quais os princípios orientadores de forma a sua concretização, que métodos irão ser utilizados e a definição das melhores estratégias. Na sua elaboração é importante realizar uma análise das fragilidades e potencialidades do território para que os objetivos sejam focalizados.

A territorialização tem enfatizado a participação ativa das comunidades locais na definição e implementação de políticas educacionais. Este processo promove uma maior envolvimento das escolas com as realidades locais, possibilitando adaptações curriculares e estratégias pedagógicas mais alinhadas.

1.2 Desigualdades Escolares e desigualdades regionais/municipais

Em Portugal, apesar dos esforços feitos nas últimas décadas procurando aumentar a equidade na educação, “os resultados escolares dos alunos continuam fortemente ligados às condições socioeconómicas das famílias”, verificando-se que “o desenvolvimento escolar dos alunos está dependente da educação dos pais”. (Nunes et al.,2023).

As condições familiares persistem como um fator importante no sucesso escolar e no futuro da criança. Pais com rendimentos mais altos ou com habilitações académicas tendem a proporcionar aos seus filhos mais oportunidades de aprendizagens e de recursos. Contrariamente, crianças que nasçam em meios desfavorecidos sofrem limitações no acesso à educação e não têm as mesmas oportunidades e perspetivas de futuro.

É por este motivo que a educação deve ter um papel fulcral proporcionando às crianças novas oportunidades de aprendizagens e desenvolvimento. As escolas deveriam contribuir para diminuir as desigualdades de oportunidades e de resultados escolares.

Um estudo recente na área da educação, que teve como finalidade perceber e analisar o desempenho escolar dos alunos portugueses consoante o seu contexto socioeconómico e área geográfica (Nunes et al, 2023), conclui pela existência de disparidades regionais, tendo alunos do mesmo estatuto socioeconómico desempenho escolares muito diferentes segundo o município em que residem.

Foram analisados dados de 2007 a 2018, relativos aos resultados em exames nacionais do ensino básico e trajetórias escolares dos alunos, tendo sido contruído um índice do estatuto socioeconómico a partir de indicadores como habilitação escolar, emprego e nível de rendimento dos pais, entre outros.

Traduzindo a existência de fortes desigualdades a nível municipal, esta investigação revelou que “42% dos alunos de estatuto socioeconómico baixo consegue atingir o 12ºano” num determinado município, enquanto em outro “88% dos alunos em condições socioeconómicas semelhantes consegue chegar ao 12ºano”, sendo a relação entre as condições socioeconómicas e resultados escolares muito variável entre municípios (Nunes et al., 2023, p. 54).

Os investigadores deste estudo conseguiram inferir que é no Norte e no Centro do país que os alunos com condições económicas baixas conseguem atingir melhores resultados. Também são os municípios em que os alunos de estatuto socioeconómico baixos têm melhores resultados, aqueles onde se regista uma menor diferença nos resultados escolares entre alunos de diferentes estatutos (Nunes et al., 2023).

1.3 Carta Educativa

A Carta Educativa é um documento estrutural no planeamento local da educação, revelando-se como organizador do território educativo e da oferta escolar, sendo a sua elaboração da competência das autarquias locais. A sua elaboração tornou-se obrigatória na década de 90, porém já havia municípios que a tinham concretizado direcionando-a para a gestão dos equipamentos educativos e para a rentabilização do parque escolar dos seus territórios (Pinhal, 2006).

Segundo o Decreto-Lei nº21/2019 de 30 de janeiro, a Carta Educativa é a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município.

Revela-se um documento de cariz oficial do ordenamento do território relevante para cada município, que permite olhar e perspetivar a educação do território, focando-se na distribuição dos equipamentos escolares em função das condições e necessidades da sua população e do território envolvente. Esta terá melhores resultados se a sua interpretação for de acordo com novas “formas de pensar o território”, o capital humano, o “futurismo digital, sustentável, a inclusão e a diversidade” (Ministério da Educação, 2021). As realidades e os desafios atuais justificam um novo olhar no sistema educativo municipal de forma a “corrigir dissonâncias, potenciar as vantagens e mitigar fragilidades”.

Como principais objetivos, a Carta Educativa deve, segundo o Decreto-Lei nº21/2019, de 30 de janeiro e versão atualizada do Decreto-Lei nº125/2023 de 26 de dezembro:

- (...) assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, para que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva existente.
- (...) promover a criação de condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente dos recursos educativos disponíveis.
- (...) incluir uma análise prospetiva, fixando objetivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos.
- (...) garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município, nomeadamente com a distribuição espacial da população e das atividades económicas.

A Carta Educativa é, assim, um instrumento fundamental para a tomada de decisão relativa à rede escolar, visando a sua racionalização e melhoria da qualidade. De forma a dar resposta aos novos desafios das cartas educativas de segunda geração, o Ministério da Educação, em maio de 2021, publicou um documento titulado “Carta Educativa- Guião para a elaboração”, em parceria com a DGEstE, o IGeFE e a DGEEC. Este guião sintetiza um conjunto de sugestões metodológicas, de consulta para os municípios sempre que sintam necessidade, de forma a ajudar no trabalho de “construção, de partilha e de acompanhamento entre os vários parceiros da educação” (Ministério da Educação, 2021). Para completar este documento, o ME desenvolveu uma plataforma informática, designada “Sistema de Avaliação das Cartas Educativas” que proporciona ao município a submissão da sua Carta Educativa, apoiada pelo “Manual de utilizador da plataforma”, que dispõe de informações úteis para facilitar a sua utilização, com vista à emissão da Pronúncia Final (Guia de Elaboração da Carta Educativa, 2021, p.2).

A Carta Educativa revela-se um instrumento “legitimador do reordenamento e requalificação da rede educativa municipal” de acordo com as carências de equipamentos e recursos que as mais diversas modalidades de ensino e educação não superior (ensino regular, educação especial, ensino profissional, ensino recorrente e educação extraescolar) necessitam e que pretendem melhorar. Dada a relevância da Carta Educativa

e o empenho que cada município reserva à Educação, a criação destes documentos/plataforma revela-se importante para a sua elaboração e para o impacto na vida do território do município.

O processo de concretização da Carta Educativa revela-se demorado e rigoroso, sendo dividido em cinco fases: elaboração, aprovação, homologação, concretização e monitorização (Cordeiro, 2013). A sua elaboração deve acompanhar e controlar todos os processos de intervenção de natureza educativa e identificar eventuais mudanças, através da utilização de um sistema de registo. Deve obedecer a duas linhas de intervenção: um conjunto de propostas de intervenções, em face daquilo que são os objetivos de partida e a validação das linhas de estratégia educativa nelas definidas. Para além da gestão territorial, este instrumento visa a (re) qualificação física dos territórios educativos e também o acompanhamento das dinâmicas sociodemográficas e territoriais presentes no concelho.

Cabe à Câmara Municipal a elaboração da Carta educativa, sendo aprovada na Assembleia Municipal, depois do parecer do Conselho Municipal e pronúncia do departamento governamental com competência na matéria. É também da responsabilidade do Ministério da Educação “prestar o apoio técnico necessário, disponibilizar toda a informação indispensável e suportar 50% das despesas inerentes à fase de elaboração” (Guia de Elaboração da Carta Educativa, 2021, p.4). Por vezes, os municípios contam também com equipas técnicas especializadas para prestar auxílio na concretização da carta educativa. Depois da sua aprovação a nível municipal, o documento necessita de homologação governamental (3ª fase), seguindo-se as fases de concretização e monitorização (4ª e 5ª fases).

O processo de elaboração da Carta Educativa sofreu ao longo dos tempos uma evolução no que toca ao seu enquadramento legal. O Decreto-Lei nº21/2019, de 30 de janeiro, e atualizações sucessivas, define as competências dos órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da educação, o que inclui a elaboração da Carta Educativa. Como já referido a câmara municipal é responsável pela sua realização, o apoio necessário é assegurado pelo departamento governamental, e deve ser integrada no plano diretor municipal respetivo (Artigo nº14). Já em 2003, pela publicação do Decreto-Lei nº7/2003, de 15 de janeiro (entretanto revogado pelo Decreto-Lei nº21/2019), a Carta Educativa era conceptualizada como um documento estratégico que procurava racionalizar, redimensionar e incrementar a qualificação dos estabelecimentos de ensino,

sendo um “instrumento fundamental no planeamento, programação e gestão da rede escolar, assim como, um elemento essencial para o futuro do projeto educativo”. Em 2003 visionava-se a promoção do processo de agrupamento de escolas, criando-se centros de excelência e competências educativas, de forma a garantir a coerência da rede educativa (Artigo 11º). Note-se que em 2023 a maioria das escolas portuguesas encontra-se inserida num agrupamento de escolas.

A Carta Educativa desempenhou um papel importante na transformação e modernização da rede escolar portuguesa, tendo em vista o melhoramento de um quadro de desenvolvimento de cada município no que toca às ofertas de educação e formação. A Carta Educativa de 1ª geração (Decreto-Lei nº7/2003, de 15 de janeiro 2003) é um instrumento político-local que essencialmente se foca no planeamento da rede escolar. Mas com o avanço dos tempos, dados os progressos educativos e as necessidades educativas, verificou-se uma crescente intervenção normativo-legal de forma a responder às carências que se iam revelando.

Comparando estes dois decretos, verifica-se uma manutenção nos objetivos previstos. A Carta Educativa deve incluir todos os estabelecimentos de ensino e formação (público, privado e solidário) como também educação especial e extraescolar. Parece ter havido uma necessidade de simplificar e evidenciar o objeto da CE, mas também de atribuir ao município mais responsabilidade financeira e humana para a promoção do sucesso escolar. Na 2ª geração da CE, os municípios estão sempre sujeitos a uma validação dos custos, uma vez que, como foi referido anteriormente, têm que submeter a CE numa plataforma. No que respeita à sua revisão, esta passa a ser obrigatória de 10 em 10 anos (D.L. nº21/2019), não excluindo a obrigatoriedade da sua revisão, nomeadamente sempre que ocorrer alguma mudança da rede educativa que se revele importante.

A elaboração deste instrumento tornou-se uma mais-valia para o poder local e comunidade, uma vez que permite analisar um conjunto de medidas na atribuição das competências destas entidades, mas também a materialização da territorialização da educação, contribuindo para uma análise sobre as vantagens e desvantagens da descentralização. Cada vez mais as autarquias assumem um papel importante no que toca à intervenção na educação, assegurando a orientação e o controlo do seu funcionamento. Com a publicação do Decreto-Lei nº21/2019, a Carta Educativa vem explicitar uma nova visão e uma estratégia municipal na área da educação em geral e definir estratégias para a promoção do sucesso escolar.

2. Projeto de Estágio - intervenção

Este tópico destina-se à apresentação das atividades realizadas no âmbito do estágio curricular no Gabinete de Educação da Câmara Municipal de Mangualde. Este Gabinete integra 3 Técnicas Superiores. Contou com os seguintes objetivos: caracterizar a realidade do município de Mangualde; compreender e conhecer os procedimentos inerente ao processo da revisão da Carta Educativa e for fim, planificar os eventos socioeducativos.

2.1 Colaboração na revisão da Carta Educativa

Uma das principais atividades realizadas no estágio consistiu no apoio ao processo de atualização e revisão da Carta Educativa. Dado que esta datava de 2007 já se encontrava desatualizada, havendo necessidade da sua revisão. O processo de revisão foi planificado em reunião com o Vereador e a Técnica Superior responsável pela CE. Desde logo, ficou delineado que uma empresa seria responsável pela elaboração da CE, com a qual posteriormente iríamos entrar em contacto de forma a podermos trocar informações e dados que fossem pertinentes para a sua elaboração.

A minha intervenção iniciou-se com uma análise SWOT da Carta Educativa de 2007. Desde logo pude inferir que ao nível de fragilidades esta apresentava dados estatísticos desatualizados, não apresentava nem descrevia projetos/programas/ ações no âmbito educativo, nem era clara relativamente ao tipo de equipa multidisciplinar existente. Relativamente aos pontos fortes, são de registar a existência de propostas de mudanças ao nível da rede escolar e de um diagnóstico do sistema educativo.

Partindo desta análise SWOT realizei uma pesquisa nas mais diversas plataformas (INE, PORDATA, DGEEST, website da Câmara Municipal de Mangualde) de forma a atualizar os dados estatísticos e demográficos e perceber de que forma a informação deveria ser tratada. Esta tarefa é apresentada no tópico a seguir. Para além das plataformas referidas anteriormente, também recolhi dados junto do Agrupamento de Escolas de Mangualde e das IPSS do concelho, de modo a que a informação da rede educativa fosse

a mais atual possível. As informações e dados recolhidos também eram encaminhados para a empresa que iria realizar a CE, de forma a complementarem o seu trabalho e ser mais claro para eles toda a informação atualizada.

2.2 Caracterização do Município de Mangualde

Neste tópico é apresentada uma breve caracterização do concelho de Mangualde, fazendo referência a aspetos identitários do concelho, como a sua localização, a sua demografia, as atividades económicas e caracterização socioeconómica da população e as dinâmicas educativas.

A caracterização do concelho revela-se importante para a revisão da Carta Educativa do Concelho de forma a melhor compreender os aspetos relevantes e a melhorar.

Enquadramento geográfico

O município de Mangualde fica localizado na região Centro do país (Figura 1), no distrito de Viseu, sendo um dos 16 concelhos a integrar a Unidade territorial de Dão Lafões-NUT III constituída por Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela. Ocupa uma área de 219.3 km² beneficiando da sua proximidade ao centro urbano e por pertencer a um dos principais eixos rodoviários portugueses, Scut A25.

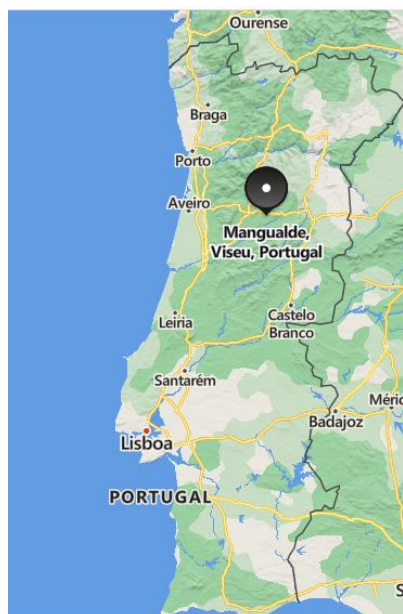


Figura 1-Localização do concelho de Mangualde (Fonte: Município de Mangualde)

Figura 2- Freguesias do concelho de Mangualde (Fonte: Site do Município de Mangualde)



Localizado na Beira Alta, entre o rio Dão e o rio Mondego, o concelho encontra-se no perímetro da Serra da Estrela, a Sudoeste ficam as encostas do Buçaco e, a Poente as primeiras elevações do Caramulo. Já a Norte, as serranias do Montemuro e gralheira e, a Oriente as terras frias da Guarda.

Conta com doze (12) freguesias: Abrunhosa-a-Velha, Alcafache, Cunha Baixa, Espinho, Fornos de Maceira Dão, Freixiosa, União de freguesias de Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta, União de freguesias de Moimenta de Maceira Dão e Lobelhe do Mato, Quintela de Azurara, União de freguesias de Santiago de Cassurrães e Póvoa de Cervães, São João da Fresta.

Número de habitantes	2011	2021
Portugal	10 557 560	10 344 802
Viseu Dão Lafões	267 092	243526
Viseu	99 203	99 910
Mangualde	19 880	18 538
Penalva do Castelo	7 930	7 355
Gouveia	13 994	12 243
Fornos de Algodres	4 979	4 424
Seia	24 612	21 798

Tabela 1-Número de habitantes por concelho em 2011 e 2021 (Fonte: PORDATA)

Este concelho pertence à Comunidade Viseu Dão Lafões (CIM-VDL) e encontra-se delimitado a Norte pelo concelho de Penalva do Castelo (distrito de Viseu), a leste por Fornos de Algodres (distrito da Guarda), a sudeste por Gouveia (distrito da Guarda), a sul por Seia e a noroeste por Viseu.

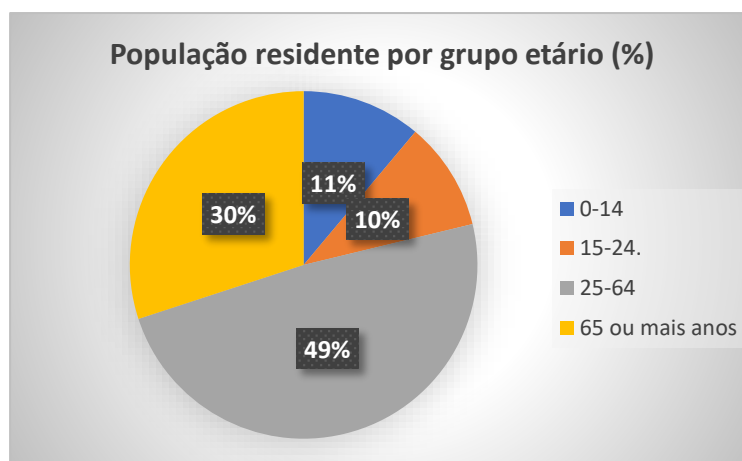


Gráfico 1- Percentagem da população residente por grupo etário (Fonte: PORDATA)

Para uma análise sociodemográfica mais objetiva consulte a plataforma online do PORDATA e do Instituto Nacional de Estatística (2023), a plataforma online da Câmara Municipal de Mangualde e ainda o Diagnóstico Social do Concelho de Mangualde (CLAS de Mangualde, 2022).

Numa análise da evolução demográfica entre 2011 e 2021 constata-se um decréscimo da população em Mangualde. O município de Mangualde em 2021 conta com uma população de 18 538 (83,7habitantes/km²) habitantes, número que diminuiu desde 2011 onde se registava uma população de 19 880 habitantes (Tabela 1). Comparando esta evolução com os municípios limítrofes, verificou-se que este quadro de diminuição da população é uma tendência geral apresentando todos os municípios uma redução demográfica. Verifica-se, também um envelhecimento populacional, como é possível observar através da análise do gráfico 1.

Ao analisar o gráfico pode-se concluir que em 2021, do zero aos catorze anos (0-14) contabilizavam-se cerca de 11,1% dos indivíduos, dos quinze aos vinte e quatro anos (15-24) 10%, dos vinte e cinco aos sessenta e quatro anos (25-64) contavam-se 48,7% e com sessenta e cinco ou mais existiam cerca de 30% das pessoas.

Pode-se concluir que no concelho existe uma grande percentagem de população idosa face à jovem que pode ser explicado pela diminuição dos nascimentos e pelo aumento da esperança média de vida. A nível nacional, o índice de envelhecimento, em 2011, era de 125,8, sendo em 2021 de 178,4, registando em Mangualde o valor de 168.8 em 2011 e de 259,4 em 2021.

No ano de 2011, o número de nados-vivos no concelho de Mangualde foi de 157, valor muito superior quando comparado com o ano de 2021, que foi de 99.

Contrariamente à diminuição do número de nascimentos, regista-se um aumento no número de óbitos, passando de 251 em 2011, para 288 em 2021 o que se traduz num saldo natural negativo durante este período. Este fenómeno pode ser explicado pela emancipação da mulher no mercado de trabalho e pelo seu papel ativo na sociedade, refletindo-se na decisão de adiar a maternidade, mas também por questões económicas e pela precaridade laboral.

2.2.2 Caracterização socioeconómica

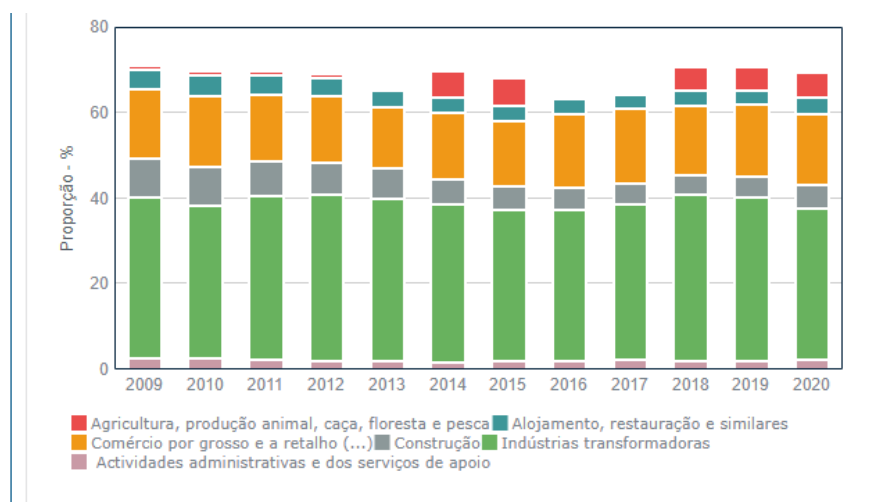
No que respeita às áreas de atividade económica do concelho de Mangualde, verifica-se que este é predominantemente caracterizado pelo setor terciário (62.7%). O setor secundário apresenta um valor de 34.7 %, e por fim o setor que emprega um número mínimo de indivíduos, é o setor primário (3.2%), de pequenas explorações agrícolas. Estes dados são muito similares aos registados em 2011, verificando-se um ligeiro aumento da terciarização da economia. No ano de 2011 3.2% da população integrava o setor primário, 35,4% o setor secundário e por fim, 61,4%.o setor terciário

Relativamente à população empregada, segundo os Censos de 2021, o grupo profissional mais representativo do concelho é o de “trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices”; logo a seguir o mais próximo é a profissão de “trabalhos não qualificados”, em terceiro os trabalhadores dos “serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores”, e por fim na quarta posição os “especialistas das atividades intelectuais e científicas”.

Tabela 2 -Percentagem de pessoas que trabalham nos respetivos setores (Fonte: PORDATA)

Setores de atividade	2011	2021
Primário	3.2	3,2
Secundário	35.4	34,1
Terciário	61.4	62.7
Total	100%	100%

Tabela 3- População Ativa por Setores de Atividade no Concelho de Mangualde (Fonte: INE)



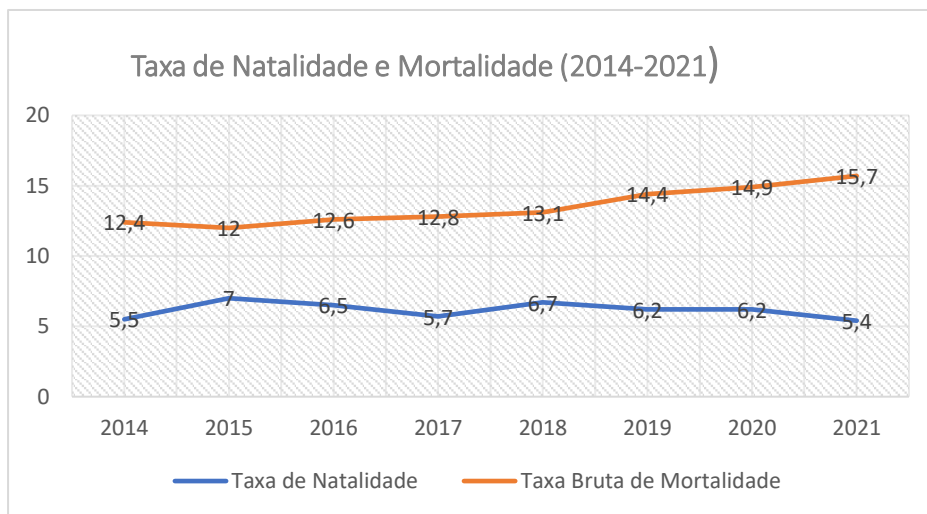
Em 2021, dos 18538 habitantes que residem no concelho de Mangualde, cerca de 8682 (53,4%) não tinham nenhuma atividade económica. A taxa de atividade neste mesmo ano foi de 46,6% no concelho, ou seja, comparando com 2011 (43%) verificou-se um aumento da população residente que constituía mão-de-obra disponível para a produção de serviços. Positivamente a percentagem de população inativa diminuiu revelando-se no ano de 2011 com uma percentagem de 57.

2.2.3 Movimento Natural

Para melhor compreender a tendência evolutiva da população é importante analisar o que se verificou nos últimos anos, no que toca ao saldo natural (análise à diferença entre nados-vivos e óbitos) e ao saldo migratório (análise da diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo. O saldo migratório pode ser calculado pela diferença entre o acréscimo populacional e o saldo natural.

Através da análise do gráfico 2, em 2021, a Taxa de Mortalidade era de 15.7‰ e a Taxa Bruta de Natalidade era de 5.4‰. Apesar do seu crescimento inconstante, a Taxa de Natalidade nos últimos anos tem vindo a diminuir apesar de não ser um acentuado decréscimo, o que contrariamente não se verifica com a taxa bruta de mortalidade. Esta ao longo dos anos tem sofrido um aumento exponencial.

Gráfico 2 -Taxa de Natalidade e Mortalidade no concelho de Mangualde entre 2014 e 2021 (Fonte: INE)



Pode-se concluir que os valores da Taxa Bruta de Mortalidade são sempre superiores aos da Taxa de Natalidade, revelando-se um decréscimo acentuado do número de Nados-Vivos. Este fenómeno vai-se refletir no envelhecimento progressivo da população e no aumento da esperança média de vida.

2.2.4 Movimento Migratório

Torna-se essencial perceber o fenómeno do movimento migratório e os fluxos migratórios sentidos no concelho. Assim, a população estrangeira residente no Concelho de Mangualde registou em 2021 um total de 404 indivíduos. Esta população é maioritariamente masculina (229), o mesmo não se verificou em 2011 que dos 447 indivíduos estrangeiros com estatuto legal no concelho, 144 eram do sexo masculino. Pode-se deprender que, entre o ano de 2011 e 2021 verificou-se uma diminuição do número de indivíduos residentes no estrangeiro no Concelho de Mangualde, passando de 447 para 404, tendo o nº dos indivíduos do sexo masculino sofrido um aumento. Verifica-se que na sua maioria, os estrangeiros residentes são provenientes da Ucrânia, de Outros Países Europeus, do Brasil e da China.

2.2.5 Taxa de Desemprego

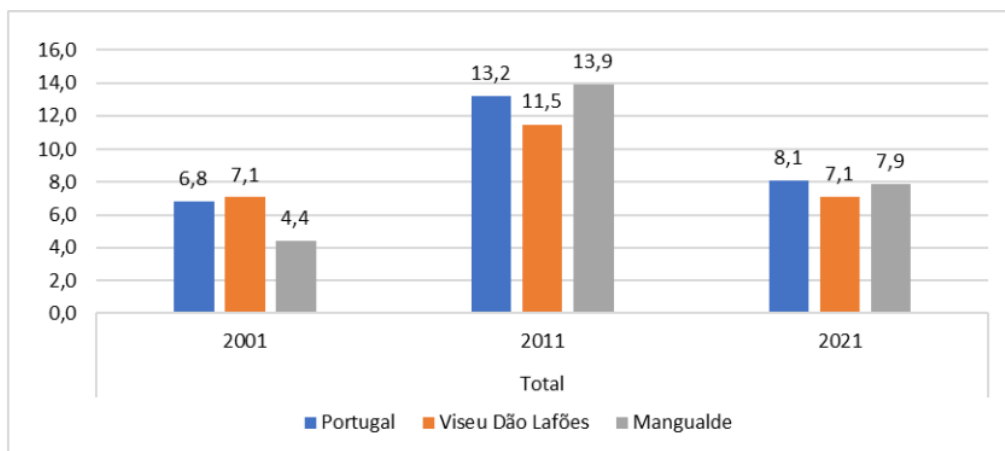


Gráfico 3-Taxa de desemprego total em Portugal, Viseu Dão Lafões e Mangualde (%) Fonte: Censos 2021 disponibilizados pela PORDATA (2023)

Após a análise do gráfico 3, pode-se corroborar que a taxa de desemprego no município de Mangualde apresenta um total de 7.9% em 2021. Tal como acontece em Viseu São Lafões e em Portugal, Mangualde demonstra uma diminuição na taxa de desemprego concelhia, face aos valores de 2011. O abrandamento do número de indivíduos em situação de desemprego acontece devido a políticas socioeconómicas implementadas. Também se consegue perceber através da análise do gráfico que desde o ano 2011 houve uma diminuição da taxa de desemprego na sub-região e no país. O que não se verificou do ano 2001 para o ano 2011.

No que toca à taxa de desemprego por sexo, corroborando os dados que mostram uma tendência de empregabilidade maioritária para o sexo masculino, o sexo feminino é aquele que apresenta taxas de desempregos superiores no município e nas restantes regiões analisadas.

À data de 2021, no concelho de Mangualde, o sexo masculino apresentava 6,5% de taxa de desemprego enquanto que o do sexo feminino era de 9.6%. Estes valores demonstram valores superiores à região Viseu Dão Lafões e ao país à data de 2011 e 2021. Mas é importante realçar a redução do desemprego feminino no concelho face ao ano de 2011, uma redução de 8,1 pontos percentuais.

Tabela 4- Taxa de desemprego por sexo em Portugal, Viseu Dão Lafões e Mangualde (%) Fonte: Censos 2021

Sexos	Masculino			Feminino			
	Anos	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Portugal		5,2	12,6	7,3	8,7	13,8	8,9
Viseu Dão Lafões		4,6	10,2	6	10,5	13,1	8,3
Mangualde		3,2	10,8	6,5	6,2	17,7	9,6

2.2.6 Taxa de analfabetismo

Tabela 5- Taxa de analfabetismo em Portugal, Viseu Dão Lafões e Mangualde, total e por sexo (Fonte: Censos 2021)

Sexos	Total			Masculino			Feminino			
	Anos	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Portugal		9,0	5,2	3,1	6,3	3,5	2,1	11,5	6,8	4,0
Viseu Dão Lafões		11,6	7,1	4,1	7,6	4,5	2,6	15,4	9,4	5,5
Mangualde		11,0	6,6	4,0	7,6	4,3	2,5	14,2	8,7	5,4

No que concerne à escolaridade da população, a taxa de analfabetismo ao longo dos anos 2001 e 2021 tem demonstrado um declínio a nível concelhio, regional e nacional. Define-se por taxa de analfabetismo o peso da população com 10 ou mais anos de idade que não sabem ler nem escrever, sobre a população com 10 ou mais anos de idade, de acordo com o INE (2023). Comparando com o ano de 2011, este indicador registou um declínio de 39% em Mangualde, 42% em Viseu Dão Lafões e 40% em Portugal.

Considerando a taxa de analfabetismo por sexo, o sexo feminino apresenta valores mais elevados, comparativamente ao sexo masculino. No que toca ao município de Mangualde, a população do sexo masculino denota uma taxa de 5,4, enquanto que do sexo feminino apresenta um total de 2,5.

A tendência que se verifica perante estes dados é que há um decréscimo da taxa de analfabetismo, devendo-se às políticas locais, regionais e nacionais que foram implementadas no setor da educação e com o aumento da oferta e da promoção da educação e formação de adultos.

2.3 Rede Escolar do Município de Mangualde

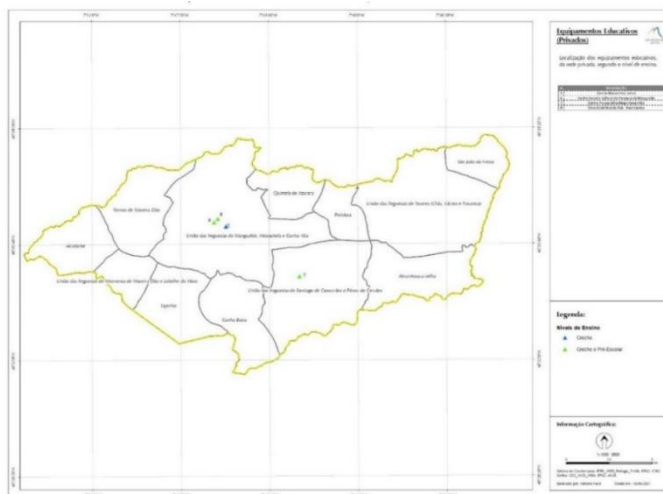


Figura 3- Mapa dos estabelecimentos de ensino (creche e pré-escolar) no ensino privado (Fonte: Município de Mangualde)

A rede educativa do Município de Mangualde, em 2022 contou com um total de 18 estabelecimentos de ensino, integrando escolas desde o Pré-escolar ao Secundário. No ensino público, o concelho dispõe de um Agrupamento de Escolas de Mangualde, com 12 estabelecimentos de ensino. Já o ensino particular é composto pelas IPSS que integra a creche e o ensino pré-escolar.

O município de Mangualde encontra-se bem equipado do ponto de vista da oferta escolar. No ano letivo 2021/2022 a rede escolar é constituída pelo Agrupamento de Escolas de Mangualde criado em 2010, que é a junção de dois agrupamentos de escolas e de uma escola secundária. A oferta educativa é diversa que assegura a educação pré-escolar, ensino básico, secundário, recorrente e educação de adultos. Constituída por 18 estabelecimentos de ensino: Jardim de Infância de Chãs de Tavares, Jardim de Infância de Cubos, Jardim de Infância de Cunha Baixa, Jardim de Infância de Fagilde, Jardim de Infância de Gandufe, Jardim de Infância de Outeiro de Matados, Jardim de Infância de Vila Garcia, escola básica Ana de Castro Castro Osório, escola básica Chãs de Tavares, escola básica de Mesquitela, escola básica de Moimenta do Dão, escola básica de Santiago de Cassurrães, escola básica de Tibaldinho, escola básica de Fagilde, escola básica Gomes Eanes de Azurara e escola secundária Dr.^a Felismina Alcântara (Agrupamentos de Escolas de Mangualde, 2023).

Unidade Orgânica	Níveis de educação e ensino	Estabelecimentos de educação e ensino
Agrupamento de Escolas de Mangualde	Educação pré-escolar	Jardim de Infância de Vila Garcia
		Jardim de Infância de Gandufe
		Jardim de Infância de Cunha Baixa
		Jardim de Infância de Cubos
		Jardim de Infância de Chãs de Tavares ²⁸
		Jardim de Infância de Outeiro de Matados
		Jardim de Infância de Fagilde
	Educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico	Escola Básica com Educação Pré-Escolar de Moimenta de Maceira Dão
		Escola Básica com Educação Pré-Escolar de Mesquitela
		Escola Básica com Educação Pré-Escolar de Tibaldinho
	1º ciclo do ensino básico	Escola Básica com Educação Pré-Escolar Ana de Castro Osório
		Escola Básica de Fagilde
		Escola Básica de Chãs de Tavares
	2º e 3º ciclos do ensino básico	Escola Básica de Santiago de Cassurrães
		Escola Básica de Fagilde
	3º ciclo do ensino básico e ensino secundário	Escola Básica Gomes Eanes de Azurara

Tabela 6- Estabelecimentos de educação e ensino integrados na rede pública educativa do município de Mangualde, por níveis de educação e ensino (2022/2023)

Os estabelecimentos de educação e de ensino encontram-se distribuídos pelo território municipal de forma a abrangerem e assegurarem as freguesias e os municípios. O agrupamento define como missão estruturar o ensino e a formação, facultar aos estudantes os meios para construir os conhecimentos, adquirir as competências e interiorizar atitudes e valores universais. Rege-se pela Lei de Bases do Sistema Educativo considerando contribuir para a realização do educando, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania, preparando-o para uma reflexão consciente sobre os valores espirituais (Projeto Educativo,2022).

Relativamente ao ensino secundário, existem os cursos gerais do ensino secundário científico-humanístico nas áreas das ciências e tecnologia, artes visuais, línguas e humanidades e ciências-económicas, e uma diversificação de cursos profissionais de nível 4.

O desporto escolar é transversal aos diversos anos de escolaridade e está articulado com as atividades desenvolvidas pela disciplina de Educação Física, incluindo o 1ºCiclo. Neste domínio a ginástica artística é uma excelência, com uma classe representativa de ginastas federados com larga experiência nacional e internacional. No que toca ao ensino da música, há parceria com o Conservatório de Viseu para o ensino articulado, pontua com a Orquestra Juvenil, pináculo do projeto “+Música”. Os serviços de psicologia e orientação escolar atuam nas seguintes valências: apoio psicológico e psicopedagógico e orientação escolar e profissional, a par do apoio ao desenvolvimento do sistema de relações da comunidade educativa.

O agrupamento de escolas surge na legislação portuguesa, pelo Decreto-Lei nº 115/98 de 4 de maio que aprova o Regime de Autonomia e Gestão dos estabelecimentos de educação Pré-Escolar e dos ensinos Básicos e Secundário, consagrando formalmente os agrupamentos de escolas

No que toca à rede educativa solidária do concelho é composta por quatro entidades com respostas socioeducativas no âmbito da educação pré-escolar, o Centro Social e Cultural da Paróquia de Mangualde, a Obra Social Beatriz Pais Raúl Saraiva, a Creche Mariazinha Lemos, da Santa Casa Da Misericórdia, e o Centro Paroquial de Santiago de Cassurrães. Estas colaboram de forma a desenvolver a educação do município, articulando sempre com o município de forma a assegurar uma rede de ofertas educativas atendendo às necessidades da comunidade educativa.

Tabela 7- Entidades Sociais socioeducativas integradas na rede solidária do município de Mangualde, por nível de educação (2022/2023) (Fonte: Município de Mangualde)

Níveis de educação e ensino	Entidades sociais de natureza socioeducativa
Educação pré-escolar	Centro Social e Cultural da Paróquia de Mangualde
	Obra Social Beatriz Pais, Raúl Saraiva
	Santa Casa da Misericórdia de Mangualde - Creche Mariazinha Lemos
	Centro Paroquial de Santiago de Cassurrães

No ano letivo 2019/2020 o número de alunos matriculados no Ensino Básico geral, no concelho era de 606. No 2ºciclo o número de alunos, neste ano letivo, é de 311. Relativamente ao 3ºciclo o número total é de 504 alunos. Neste mesmo ano letivo a escola Básica Ana de Castro Osório tinha um total 433 alunos em todos os níveis de ensino (desde o 1ºano até ao 4ºano de escolaridade). Na escola Básica Gomes Eanes de Azurara, o número total de alunos que frequentaram o 5º ano (160) e 6º ano (151) de escolaridade é de 311. O 3ºCiclo foi frequentado por 158 alunos do 7ºano e 152 alunos do 8º ano de escolaridade, que prefaz um total de 310 alunos. Na escola secundária Dr.ª Felismina Alcântara frequentavam no ano letivo de 2019/2020, 325 alunos. Esta comporta 4 níveis de escolaridade, no 9ºano eram 194 alunos a frequentar este nível de ensino, no 10º ano 119 alunos, no 11º ano 110 alunos e no 12º ano 96 alunos. A escola oferece no ensino secundário cursos Científico-Humanísticos, tais como: Ciências e Tecnologias, Ciências Socioeconómicas, Artes Visuais, Línguas e Humanidades. Frequentavam, no ano letivo de 2019/2020, 50.2% dos alunos em ciências e tecnologias, logo de seguida 28.6%

frequentavam o curso de línguas e humanidades e 9.8% frequentavam o curso de Ciências Socioeconómicas.

No ano letivo de 2021/2022 frequentavam o Agrupamento de Escolas de Mangualde um total de alunos de 2 108, das quais 265 pertenciam ao pré-escolar, no 1ºCiclo 605 alunos, 312 pertenciam ao 2ºCiclo, 470 ao 3ºCiclo, no secundário frequentavam 319 alunos e por fim, 137 alunos frequentavam os cursos profissionais. Comparativamente ao ano letivo de 2022/2023 o número de alunos a frequentar o ensino aumentou, uma vez que se verificou um total de 2184 alunos. Em todos os níveis escolares verificou-se este aumento neste ano letivo, 282 alunos frequentavam o pré-escolar, no 1ºCiclo 641 alunos, no 2ºCiclo 324 alunos, 499 no 3ºCiclo, no ensino secundário 340 alunos e nos cursos profissionais 140 alunos.

Tabela 8- Alunos matriculados no concelho de Mangualde, por nível de ensino, no ensino público (Fonte: Escolas de Mangualde)

Nível de Ensino	2011/2012	2020/2021	2021/2022	2022/2023
Educação Pré-escolar	297	261	265	282
1ºCiclo	811	580	605	641
2ºCiclo	471	334	312	324
3ºCiclo	813	530	470	499
Ensino Secundário	629	792	319	340
Profissionais	90	112	137	140
Total:	3111	2609	2108	2184

Na tabela 8 estão explícitos os dados relativos ao número de alunos por nível escolar e por freguesia do concelho de Mangualde. É evidente que no ano letivo de 2021/2022 o nível escolar que possui o maior número de alunos é o do 1ºciclo com 603 alunos e o menos é o pré-escolar com 261. Esta tendência também é a mesma no ano letivo de 2022/2023 com 286 alunos no pré-escolar e 642 alunos no 1ºciclo. Verifica-se também que o número de alunos aumentou em quase todos os níveis de ensino. No que toca à distribuição dos alunos por freguesia do concelho de Mangualde, pode-se concluir após a análise dos quadros 10 e 11 que houve um aumento face ao ano letivo de 2021/2022. Naturalmente a freguesia que comporta um maior número de alunos é a de Mangualde,

Mesquitela e Cunha Alta e a que possui menos alunos no ano de 2022/2023 é a de São João da Fresta.

Tabela 9 e 10- Número de alunos por nível de ensino nas freguesias do concelho de Mangualde (Fonte: Escolas de Mangualde)

Ano Escolar 2021-2022					
Freguesias	Pré-Escolar	1º Ciclo			
			2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário
Abrunhosa - a velha	3	9	4	13	13
Alcafache	6	11	9	10	14
Cunha Baixa	11	20	5	12	22
Espinho	14	16	10	15	19
Fornos Maceira Dão	20	32	14	28	22
Freixiosa	1	5	9	1	4
Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta	162	376	197	210	272
Moimenta Maceira dão e Lobelhe do Mato	10	25	9	73	20
Quintela Azurara	2	12	6	4	6
Santiago Cassurrães e Póvoa de Cervães	7	40	20	32	35
São João da Fresta	1	3	2	1	2
Távares (Chãs e Várzea)	12	31	12	23	23
Outros	12	23	17	23	23
Total	261	603	314	445	475

2022/2023					
Freguesias	Pré-Escolar	1º Ciclo			
			2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário
Abrunhosa - a velha	2	8	5	9	11
Alcafache	11	10	6	12	6
Cunha Baixa	9	15	11	9	17
Espinho	18	20	13	16	20
Fornos Maceira Dão	20	40	15	28	22
Freixiosa	1	3		7	3
Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta	179	412	203	320	260

Moimenta Maceira dão e Lobelhe do Mato	7	26	12	14	11
Quintela Azurara	6	12	5	5	5
Santiago Cassurrães e Póvoa de Cervães	5	40	16	32	29
São João da Fresta	1	3	2	1	1
Távares (Chãs e Várzea)	17	31	15	23	23
Outros	10	22	17	21	17
Total	286	642	320	497	425

Ao nível da rede solidária, a saber, a creche Mariazinha Lemos da Santa Casa da Misericórdia de Mangualde que possui crianças até 1 ano de idade, a sala dos 1-2 anos e a sala dos 3 anos que no ano letivo de 2021/2022 frequentavam 41 crianças. A instituição Obra Social Beatriz Pais Raúl Saraiva dispõe da sala até 1 ano de idade e salas do 1 ano até aos 5 anos de idade que no ano letivo de 2021/2022 frequentavam 163 crianças. E o Centro Paroquial de Mangualde também dispõe desta oferta educativa até 1 ano de idade frequentavam 16 crianças, na sala de 1 ano 18 crianças, na sala dos 2 anos 30 crianças, na dos 3 anos 17, na dos 5 anos 24 e também de ATL que frequentavam 61 crianças, que perfaz um total de 189 crianças.

2.3.1 Ensino Secundário Recorrente à Distância

A oferta educativa no município de Mangualde tem acompanhado a evolução da tecnologia e as novas formas de aprendizagens, reflexo disso é o Ensino Secundário à Distância (ESRaD), cuja finalidade é a do ensino secundário à distância. Estes alunos beneficiam de uma oferta educativa lecionada à distância, serviços digitais, que possibilitam a flexibilidade horária dos integrantes, jovens e adultos, que manifestam vontade de aprender e que não possuem condições para efetuar deslocações aos estabelecimentos de ensino (Escolas de Mangualde, 2023). Este tipo de ensino é ministrada na Escola Secundária Dr.^a Felismina Alcântara e abrange os cursos Científico

Humanísticos de Ciências e Tecnologias, Línguas e Humanidade e Ciências Socioeconómicas. No ano letivo de 2022/2023 frequentavam o ensino ESRaD 163 alunos, distribuídos por 10 turmas.

2.3.2 Ensino Profissional

No que toca ao ensino secundário profissional, o Agrupamento de Escolas de Mangualde apresenta uma vasta oferta formativa, que no ano letivo de 2022/2023 apresentava um total de 139 alunos. Dispõe de nove cursos profissionais: Técnico/a de Mecatrónica, Técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores, Técnico/a de Apoio à Gestão Desportiva, Técnico/a Comercial, Técnico/a de Redes Elétricas, Técnico/a Auxiliar de Saúde, Técnico/a de Instalações Elétricas, Técnico/a de Apoio à Gestão e Técnico/a de Ação Educativa.

2.3.3 Rede de Transportes Escolares

A rede de transportes escolares integra a rede de transportes públicos, das carreiras regulares de passageiros das empresas Marques, Lda e Berrelhas, Lda., são utilizados, também, quatro autocarros da frota do município de Mangualde. Há ainda a necessidade de proceder ao aluguer de viaturas particulares (táxis) e de contratação carrinhas através de protocolos com IPSS do concelho para o transporte de alguns alunos do Pré-Escolar e do 1.º Ciclo que devido à sua idade e ao reordenamento da rede escolar não é possível ao município efetuar o transporte escolar de outra forma.

O Plano de Transporte Escolar é elaborado anualmente pelo Município de Mangualde, conta com a colaboração do Agrupamento de Escolas de Mangualde na previsão dos alunos a transportar no próximo ano letivo, com base no número de alunos transportados no ano letivo em curso.

A organização e Gestão do transporte escolar é da competência dos municípios desde 1984. Considerando o enquadramento legal, a sua implementação obedece a um conjunto de normas legais assentes no seguinte diploma: O Decreto – Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, regula a transferência de competências para os municípios em matéria de organização, financiamento e controle do funcionamento dos transportes escolares.

Competências que consistem na oferta de serviço de transporte, entre a residência e o estabelecimento de ensino que frequentam a todos os alunos dos Ensinos Básico e Secundário, quando residam a mais de 3 Km do estabelecimento de ensino que frequentam. São ainda abrangidos pelo transporte escolar os alunos do Ensino Secundário, com comparticipação de 50% por parte destes no custo do transporte. A Câmara Municipal de Mangualde tem ainda alargado o serviço de transporte escolar a crianças que se encontram a frequentar estabelecimentos de educação pré-escolar do concelho.

O Plano de Transporte Escolar do concelho de Mangualde contempla 5 circuitos Municipais, 10 circuitos Públicos, 3 circuitos de aluguer e 3 circuitos efetuados por IPSS, onde se prevê transportar 572 alunos.

Tabela 11- Total de alunos a usufruir do transporte escolar por nível de ensino (Fonte: Município de Mangualde)

2022/2023	Educação Pré-Escolar	Ensino Básico			Ensino Secundário
		1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	
Agrupamento Escolas de Mangualde	25	65	134	144	204
Total	25	343			204

2.3.4 Ação Social Escolar

A ação social tem como objetivos básicos, a prevenção e reparação de situações de carência e desigualdades socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, bem como a inclusão e promoção comunitárias das pessoas e o desenvolvimento das respetivas capacidades. Destina-se também assegurar a proteção aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente crianças, jovens, pessoas com deficiência e idosos, bem como a outras pessoas em situação de carência económica ou social, disfunção ou marginalização social. Neste concelho, as Instituições Particulares de Solidariedade Social asseguram a maior parte dos equipamentos sociais. Existem 12 instituições Particulares de Solidariedade Social no concelho, que apoiam para além das freguesias onde estão sedeadas, todas as restantes que não possuem este tipo de Instituição.

Neste concelho, as instituições destinadas a compartilhar nas despesas escolares dos alunos, com vista à promoção de condições de auxílios económicos podem assumir as seguintes modalidades: subsídios de refeição, subsídio nos serviços de cantina, transporte, manuais e material escolar, apoio à família e também a bolsas de estudo. Do total de 2184 crianças matriculadas no ano letivo de 2022/2023, 571 crianças são beneficiárias de ação social escolar, valor correspondente a 26%. No caso da educação pré-escolar este auxílio consiste em apoio na refeição e subdivide em escalão A e B. Os dois escalões abrangem um número bastante idênticos de crianças, o escalão B, com 268 crianças, e o escalão A, com 303 crianças.

TOTAL DE ALUNOS SUBSIDIADOS

	ESCALÃO A	ESCALÃO B
PRÉ-ESCOLAR	45	34
1º CICLO	99	77
2º CICLO	53	48
3º CICLO	60	56
SECUNDÁRIO	27	42
PROFISSIONAL	19	11
Total	303	268

Tabela 12- Total de alunos subsidiados no Agrupamento de Escolas de Mangualde (Fonte: Escolas de Mangualde)

2.3.5 Taxa bruta de escolarização

A população de Mangualde apresenta, em termos relativos no ano letivo de 2020/2021 (tabela 13), uma taxa bruta de escolarização no Ensino Básico de 108.2 e no ensino Secundário de 134.5. Comparativamente ao ano letivo de 2011/2012 verificou-se uma diminuição na taxa bruta de escolarização no Ensino Básico (117.9) o mesmo não se verificou ao nível do secundário, que neste mesmo ano foi de 102.3.

Tabela 13- Taxa bruta de escolarização- homens e mulheres do concelho de Mangualde (Fonte: DGEEC)

Mangualde - Homens e Mulheres

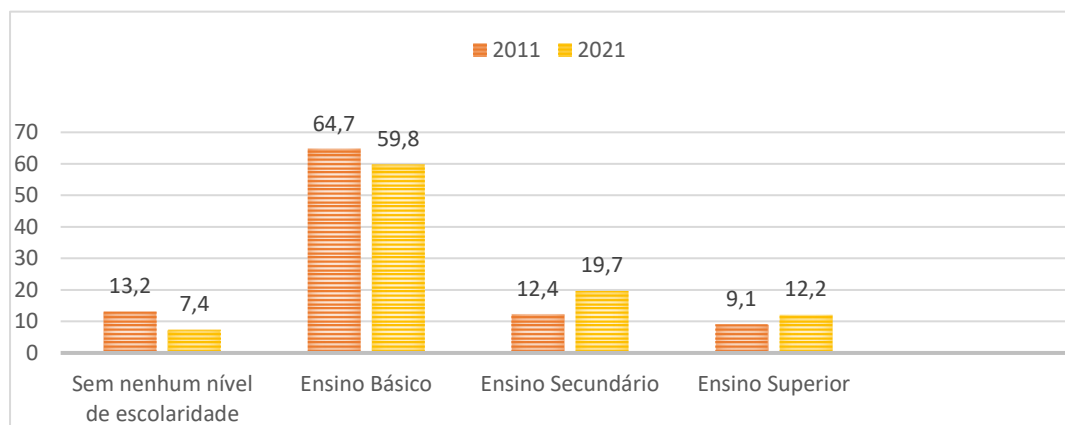
Ano letivo	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21
Taxa bruta de escolarização										
Educação pré-escolar	105.1	107.6	107.9	95.1	93.2	91.1	102	105.5	118.6	112.6
Ensino Básico	117.9	108.2	105.3	105.1	104.9	105.6	104.4	110.9	111.3	108.2
1.º Ciclo	104.1	100.8	99.3	103	102.3	102.2	97.4	101.1	100.3	102.8
2.º Ciclo	113.5	109.4	101	98.3	105.3	109.5	101.3	113.4	115.1	106.7
3.º Ciclo	138.6	116.4	114.9	111.8	107.4	106.7	113.5	120.7	122.6	115.7
Ensino Secundário	102.3	98	80.6	84.9	91	92.6	95.9	117.8	115.4	134.5

Relativamente à taxa bruta de escolarização do concelho verifica-se, através da análise da tabela 13, que houve um aumento entre os anos letivos de 2011/12 e 2020/21 no que toca ao Ensino Secundário. No ensino básico os valores são entre 117.9 % em 2011/12, para 108.2%, um decréscimo de 9,7 pontos percentuais.

2.3.6 Taxa de escolarização da população

No que concerne à escolarização da população do município de Mangualde verificou-se um aumento da escolarização face ao ano de 2011, do ensino secundário e do ensino superior. (Tabela 14). É normal e espectável que a percentagem de pessoas sem nenhum nível de ensino tenha diminuído, uma vez com a obrigatoriedade da escolaridade. Em 2011 64,7% da população do concelho de Mangualde possuía o ensino secundário, já comparado com 2021 houve uma diminuição passando para 59.8%.

Tabela 14- Taxa de escolarização da população do concelho de Mangualde (Fonte: INE)



Projetos Socioeducativos

Academia STEM

O projeto denominado Academi@ STEM Mangualde resulta de uma candidatura da Câmara Municipal de Mangualde a um projeto promovido pela CIM Viseu Dão Lafões, “Promoção do Sucesso Educativo Viseu Dão Lafões”, inserido numa aposta direcionada para “Apoiar os Contextos Educativos e Práticas Pedagógicas de Sucesso”. Neste quadro, a Academia@STEM Mangualde visa apoiar o trabalho em contexto escolar, promovendo a utilização de novas ferramentas no âmbito das TIC, incentivando o trabalho de projeto, potenciando a realização de trabalho colaborativo e interdisciplinar e a introdução de novas metodologias de aprendizagem. Em linha como o referido, pretende-se promover o sucesso, inclusão e uma melhoria da qualidade da aprendizagem, procurando desenvolver um trabalho ao nível das áreas das Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática que vise a integração dos saberes disciplinares, quebrando, se necessário, a institucionalidade. Esta academia tem como premissas: o desenvolvimento curricular, de forma articulada, com vista à promoção das Aprendizagens Essenciais e do desenvolvimento de competências do Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória, ao longo do Ensino Básico; a formação de professores assente nas estratégias de ensino-aprendizagem inerentes às atividades STEM desenvolvidas, sobretudo as que se suportam em ferramentas e serviços online/digitais; criação de eventos de divulgação do trabalho realizado e de reflexão de práticas letivas, numa lógica de disseminação/discussão de atividades concretas, focando as diferentes dimensões da mesma; integração do tecido empresarial, particularmente parceiros do projeto, no desenvolvimento e dinamização de atividades em contexto real para alunos de diferentes anos de escolaridade; apresentação de propostas para discussão da organização do trabalho escolar, nomeadamente, a criação de equipas de trabalho docente que potenciem a articulação curricular e a elaboração de blocos horários que promovam uma melhor articulação das diferentes áreas do saber.

Eco-Escolas

O Programa Eco-Escolas é um programa internacional, desenvolvido em Portugal desde 1996. Tem como objetivo encorajar ações e reconhecer o trabalho de qualidade desenvolvido pela escola, no âmbito da educação ambiental para a sustentabilidade.

O programa é coordenado a nível internacional, nacional e de escola que permite a confluência para objetivos, metodologias e critérios comuns que respeitam a especificidade de cada escola relativamente aos seus alunos e do meio envolvente.

O concelho de Mangualde faz parte do Programa Eco-Escolas desde 2019 e desde então são diversas as atividades que têm desenvolvido. Desde showcooking, a um mural exposto na escola realizado e idealizado pelos alunos participantes, visitas de estudo a uma quinta biológica e a uma estação eólica na Serra do Caramulo. Também a criação de uma pequena horta no quintal da escola para que os alunos cuidem e percecionem de que modo os produtos vêm da terra. Os alunos que frequentam a Eco-Escolas são dos mais diversos níveis de ensino, participam de forma autónoma e uma vez por semana reúnem-se para realizar as mais diversas atividades e propostas feitas pelos professores.

2.4 OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

As atividades desenvolvidas proporcionaram a aplicação prática da teoria aprendida ao longo do percurso académico e ajudam no desenvolvimento de competências fundamentais para o exercício profissional. Durante o estágio pude participar na realização de variadas tarefas e observações que constituíram uma mais-valia para a aquisição de novas aptidões, conteúdos e competências como futura profissional, possibilitando um enriquecimento a nível pessoal e profissional. Este tópico descreve as variadas atividades realizadas ao longo do estágio na instituição.

2.4.1 Festa de Natal

Durante a quadra natalícia no município de Mangualde é sempre organizado um espetáculo alusivo a esta festividade destinado às crianças do pré-escolar (rede pública e IPSS) e ao 1ºCiclo do Ensino Básico. Este ano o espetáculo consistiu num teatro titulado “ A Fábrica das Bonecas”, que conta a história de um atelier do Pai Natal que detinha uma caixa mágica que fabricava bonecas em grande quantidade, até essa caixa avariar. O espetáculo foi levado a cabo em dezembro de 2022, no Auditório do Complexo Paroquial de Mangualde e decorreu em duas sessões, durante a manhã e a tarde envolvendo mais de mil alunos.

A figura 6 ilustra o Cartaz alusivo ao teatro e a figura 7 às duas sessões apresentadas no Complexo Paroquial.

Desde logo foi definido com as colaboradoras do gabinete quais eram as turmas que iam em cada sessão, tendo sido elaborado um mapa, com ajuda do responsável dos transportes escolares, de forma a facilitar e organizar todo o processo de chegada e saída dos alunos. Todos os alunos receberiam um kit no final de cada sessão. Fiquei encarregada de preparar todos os kits, organizá-los por turmas e sessões e na saída do espetáculo entregar à professora responsável para em sala de aula ser entregue a cada aluno. Também com a colaboração das colegas de gabinete verificávamos e indicávamos na chegada de cada turma ao auditório o local onde tinham que se sentar e

acompanhávamos as educadoras e respetiva turma aos respetivos autocarros, na chegada e na ida.

Figura 4- Preparação do Kit de Natal



Figura 5- Cartaz de Natal “A Fábrica das Bonecas”



2.4.2 Desfile de Carnaval

No dia 17 de fevereiro de 2023 no período da manhã teve lugar o Desfile de Carnaval do Município de Mangualde pelas ruas da cidade, tendo tido oportunidade de colaborar na sua organização. Depois de dois anos de interregno devido à pandemia, o Carnaval voltou a sair à rua com cerca de três centenas de crianças do ensino pré-escolar do concelho. Participaram os Jardins de Infância de Cubos, de Água Levada, de Vila Garcia, da ACO, da IPSS de Santiago de Cassurrães, do Complexo Paroquial de Mangualde e da Obra Social Beatriz Pais Raúl Saraiva. Este evento tem como objetivos o desenvolvimento local, a partilha de experiências de gerações e a valorização da cultura e criatividade.

Também teve lugar neste mesmo dia o “Baile de Máscaras” do projeto Desporto Escolar, que decorreu durante a tarde no Centro Paroquial da Cunha Baixa, contando com a participação de 300 idosos dos lares e centros de dia que aderiram ao projeto.

A Câmara Municipal de Mangual providenciou o transporte dos alunos, tendo sido anteriormente delineado no gabinete o circuito do desfile que posteriormente foi apresentado à Guarda Nacional Republicana de forma a poderem cortar o trânsito.

A minha participação nesta atividade consistiu na apresentação de ideias no processo de planificação do desfile, com também na articulação com as colegas na definição do mapa de transportes, com o contacto com a GNR.

2.4.3 Estratégia Nacional da Fruta Escolar

É de salientar que o regime de Fruta Escolar tem 3 objetivos: Saúde Pública, Educação e Agricultura. Assim, pretende melhorar a qualidade nutricional da oferta alimentar em meio escolar contribuindo para reduzir o risco de doenças crónicas associadas à obesidade, reforçar a aquisição de competências nas áreas da educação alimentar e da saúde em contexto escolar e aproximar as crianças do mundo rural e dar a conhecer a proveniência dos alimentos, com vista à criação e manutenção de hábitos de consumo de hortofrutícolas.

Este regime aplica-se aos alunos que frequentam o 1ºCiclo do Ensino Básico (fruta e produtos hortícolas, leite e produtos lácteos) e ensino pré-escolar (leite e produtos lácteos), nos estabelecimentos de ensino público. O objetivo do Regime de Fruta Escolar é promover hábitos de consumo de alimentos benéficos para a saúde das populações mais jovens e para a redução dos custos de saúde associados a regimes alimentares menos saudáveis, não substituindo programas já existentes, como o leite escolar. É uma iniciativa de âmbito europeu, que pretende promover a prática de uma alimentação saudável.

Neste sentido o município de Mangualde oferece a estes alunos um pacote de leite por dia e duas peças de fruta por semana. No início de cada ano letivo é definido através de uma mapa os produtos que são distribuídos. As entregas são feitas no estaleiro municipal e posteriormente distribuídas pelas respetivas escolas. O leite é entregue no início de cada período escolar e a fruta é entregue duas vezes por semana, de forma a estar apta para o consumo.

O meu contributo nesta atividade passou por organizar e gerir um projeto em parceria com o Gabinete de Educação do município com o Agrupamento de Escolas de Mangualde. Titulado de “ Huumm...que delícia!!” , este projeto tem como objetivo a divulgação dos trabalhos realizados pelas turmas do Pré-Escolar e do 1ºCiclo do Ensino Básico e a elaboração de uma pequena revista onde serão publicados todos os trabalhos realizados (revista em formato digital que pode ser consultada a qualquer momento no site da Câmara de Mangualde). A minha tarefa passou por verificar se todos os trabalhos cumpriam todos os requisitos propostos e se respeitavam os prazos estabelecidos para depois ser feita a devida digitalização dos trabalhos para encaminhar para a equipa encarregada de colocar em formato digital. Ainda no âmbito desta atividade, participei no processo de monitorização tendo reportado um incidente, uma vez que houve um engano na distribuição do leite escolar e houve necessidade de contactar o distribuidor e a empresa responsável para resolver o problema.



Figura 6- Revista Digital “ Huumm...que delícia”

Pode ser consultada em: <https://issuu.com/cmmangualde/docs/regimefrutaescolar2023>

2.4.4 SIADAP- Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho da Função Pública

O sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP) foi estabelecido pela Lei nº66-B/ 2007, de 28 de dezembro, sendo aplicável ao desempenho dos serviços públicos. Nesta avaliação são tidos em conta três níveis de competências e a cada um deles corresponde uma pontuação (Competência demonstrada a um nível elevado – a que corresponde uma pontuação de 5; Competência

demonstrada – a que corresponde uma pontuação de 3; Competência não demonstrada ou inexistente – a que corresponde uma pontuação de 1). Cada funcionário da câmara é avaliado pelo seu superior, que deve definir objetivos consoante o seu desempenho, resultados e competências.

Neste processo de adaptar as fichas de avaliação do desempenho dos funcionários, assistentes operacionais, foi-me solicitada ajuda pela funcionária responsável. Assim, procedi á adaptação das fichas de avaliação do desempenho de acordo com as competências que são definidas para os assistentes operacionais.

2.4.5 Dia Mundial da Criança- festa

O Dia Mundial da Criança, celebrado no dia 1 de junho, desde 1950, é o reconhecimento oficial, por parte das Nações Unidas, dos direitos de todas as crianças ao afeto, ao amor, à compreensão, a uma alimentação adequada, aos cuidados médicos, à educação gratuita, à proteção contra todas as formas de exploração e ao crescimento num clima de Paz e Fraternidade universais.

De forma a proporcionar um dia especial para os mais novos, a Câmara de Mangualde preparou um programa cheio de animação e diversão para assinalar o Dia Mundial da Criança.

Decorreu no dia 4 de junho de 2023, no Monte da Nossa Senhora do Castelo no período das 10h da manhã até as 18h. Com entrada livre, o município pretendeu convidar as famílias a fazerem piqueniques e a desfrutarem de todo o programa: desde o circo da Paródia, ao karaté, pilates kids, danças e hip hop, insufláveis, pinturas faciais, modelagem de balões e muita animação.

Durante a preparação desta atividade, programada pelo Gabinete de Educação, pude acompanhar de perto todo o processo desde os contactos telefónicos e reuniões com as empresas de animação, ao contrato com o circo, até a agilização da montagem do palco. Também colaborei no pedido de colaboração aos Bombeiros Municipais de Mangualde e à GNR. Acompanhei de perto toda a montagem do recinto, desde a definição do local da montagem do palco até à definição de onde iriam ficar as barraquinhas no recinto, na ajuda de transportar material e definir o pessoal que iria ficar responsável pela segurança. Durante o dia da realização do evento, o município tinha uma tenda onde nós

distribuíamos águas pelas crianças, sem nenhum tipo de custos, e prestávamos auxílio no que era necessário.

Também ajudei na divulgação do evento, distribuindo cartazes pelas aldeias e escolas do concelho de forma a informação chegar a um maior número de pessoas. Este evento contou com muita adesão por parte das famílias do concelho, uma vez que todos os anos já é habitual a sua concretização e pelo facto de dispor de uma grande oferta de atividades para toda a família.

CONCLUSÃO

O presente relatório relata toda a experiência vivida ao longo do estágio curricular na Câmara Municipal de Mangualde, no âmbito do Mestrado de Ciências da Educação. A sua realização tornou-se fundamental e enriquecedora tanto a nível pessoal, como a nível profissional como futura profissional em educação. Desde logo pelas competências pessoais que adquiri com as colegas de gabinete, pois permitiu-me perceber que no ambiente profissional há espaço para momentos de trabalho e de lazer e consegui ultrapassar algumas barreiras pessoais no que toca à sociabilização.

O estágio permitiu-me compreender melhor todo o trabalho que é desenvolvido num Gabinete de Educação, e de que forma um licenciado e futuro Mestre em Ciências da Educação pode atuar nas diferentes valências de uma câmara municipal. É de salientar o seu valor e grau de importância, também pelo facto de me terem dado a oportunidade de por em prática os conhecimentos adquiridos, de poder partilhar experiências profissionais com as colegas, e ter a perceção da vasta intervenção do município no que toca à educação e de que forma essa gestão é feita. Fiquei a conhecer as diversas plataformas e projetos que estão relacionados com a educação e as várias vertentes na concretização de processos e concursos nacionais. Esta oportunidade revelou-se uma mais-valia para a consolidação dos meus conhecimentos e competências.

A experiência do estágio foi muito motivadora e positiva graças à colaboração de todos os profissionais da autarquia e agentes educativos. Todas as atividades desenvolvidas foram enriquecedoras, tendo também sentido as limitações existentes, nomeadamente devido à burocracia, e a complexidade da planificação e concretização de projetos educativos, dada a multiplicidade de intervenientes envolvidos.

Referências Bibliográficas

Barroso, J. (1998). Projectos: de uma cultura de subordinação a uma cultura de autonomia. In João Barroso, *Escolas, projectos, redes e territórios* (pp. 22-37). Lisboa: PEPT/ME.

Cordeiro, A. M. R., Alcoforado, L., & Ferreira, A. G. (2012). Projeto Educativo Local. Um processo associado a estratégias de desenvolvimento integrado e sustentável. *Cadernos de Geografia*, p.309.

Cordeiro, A. M., & Martins, H. A. (2013). A Carta Educativa Municipal como instrumento estratégico de reorganização da rede educativa: tendências de mudança. *Cadernos de Geografia*, n.º 32, 339-356.

Câmara Municipal de Mangualde (2007). *Carta Educativa*. Consultado em: https://www.cmmangualde.pt/wp-content/uploads/2016/06/Carta_educativa_Mangualde.pdf

DGEEC. (2021) *Base de dados de educação*. Disponível em: [Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência \(mec.pt\)](https://www.dgEEC.gov.pt/estatisticas-da-educacao-e-ciencia)

Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro. Diário da República: I.ª série, nº 21 (2019). Acedido a 27 de julho de 2023. Disponível em: <https://files.dre.pt/1s/2019/01/02100/0067400749.pdf>

Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro. Diário da República: I.ª série, nº 12 (2003). Acedido a 27 de julho de 2023. Disponível em: <https://files.dre.pt/1s/2003/01/012a00/01300137.pdf>

Decreto-Lei nº 50/2018, de 16 de agosto. Diário da República: I.ª série, nº 157 (2018). Acedido a 27 de julho de 2023. Disponível em: <https://files.dre.pt/1s/2018/08/15700/0410204108.pdf>

Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. Consultado em:
<https://www.dgeec.mec.pt/np4/home>

DGEEC, DGESTE, & IGEFE. (2021). *Guião para a elaboração da Carta Educativa*. Lisboa: Ministério da Educação.

Formosinho, J., Machado, J. (2000). Reforma e Mudanças nas Escolas. In João Formosinho, Fernando Ferreira, Joaquim Machado. *Políticas Educativas e Autonomia das Escolas*. Porto: Edições Asa, p.15-30.

FORMOSINHO, J. et al. (2005). *Administração da Educação: Lógicas Burocráticas e Lógicas de Mediação*. Porto: Asa.

Ministério da Educação, Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P. & Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (2021). *Carta Educativa – Guia para Elaboração*. Disponível em <https://www.igefe.mec.pt/files/downloaddocument/17>

Nunes, L. C., Carneiro, P., Freitas, P., Nunes, M. E., Chaves, A., & Cal, S. (2023). *Da Desigualdade Social à Desigualdade Escolar nos Municípios de Portugal*. Fundação Belmiro de Azevedo.

Pinhal, J. (2012). Os municípios portugueses e a educação – Treze anos de intervenções (1991-2003). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Pinhal, J. (2006). A intervenção do município na regulação local da educação. In J. Barroso (Org.), *A regulação das políticas públicas de educação* (pp. 99-128). Lisboa: Educa / UI&DCE

Santos, R.I. L. (2022). *Planificação e Organização de Recursos e Práticas Educativas para um Desenvolvimento Territorial Sustentado: Novos Modelos de Incidência Municipal* [Tese de doutoramento, Ciências da Educação - Universidade de

Coimbra]. Repositório da Universidade Coimbra.
[file:///C:/Users/Ana/Downloads/tese%20Lucia%20Santos%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Ana/Downloads/tese%20Lucia%20Santos%20(2).pdf)